

Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural

SCHNEIDER, Sergio ET AL (orgs). Porto Alegre: UGRGS Editora, 2004.

Por Eduardo Sol Oliveira da Silva¹

Alguns estudos mostram claramente a preocupação em demonstrar que uma das condições para que haja uma equidade social no Brasil é a existência de um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. O livro “Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural”, organizado por Schneider, Silva e Marques é um desses excelentes estudos que mostram essa preocupação. Os autores responsáveis pela obra enfatizam duas políticas direcionadas aos pequenos proprietários. A primeira é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — Pronaf, e a segunda são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural — os CMDR.

Os autores elaboram uma exaustiva análise, fornecendo um substancial entendimento para estas duas políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores no Brasil.

Cumprir fortalecer os espaços institucionais de negociação como, por exemplo, os diferentes conselhos municipais, em particular o conselho municipal de desenvolvimento rural, para garantir a participação efetiva das comunidades locais na definição de prioridades para o desenvolvimento municipal ou pode ser necessário, também, criar novos espaços de negociação ou de articulação, a partir da preocupação que problemas comuns a vários municípios de uma mesma microrregião podem ser negociados e solucionados mais facilmente de uma forma conjunta.

É preciso formular políticas de desenvolvimento rural integrado que contemplem os diversos aspectos de uma mesma realidade: políticas agrárias e agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar juntamente com políticas de geração de novas oportunidades de empregos rurais não-agrícolas.

É necessário, portanto, entender o processo histórico de ocupação do meio rural brasileiro que privilegia as relações estabelecidas pelas grandes propriedades. Constatamos assim que o desenvolvimento econômico baseado no latifúndio monocultor emperra a infraestrutura social gerando desigualdades. O que por sua vez exclui os pequenos produtores da dinâmica produtiva na agricultura.

Estudos sobre sistemas de produção familiares (FAO/INCRA) mostram que, quando os produtores familiares contam com o apoio suficiente, a tendência é de redução da importância das rendas obtidas fora da unidade familiar. Isto porque o custo de oportunidade do trabalho é muito baixo também em atividades não-agrícolas.

¹ Acadêmico do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os autores reafirmam/ilustram em cada capítulo os diversos níveis de problemas desafiantes e resultados que podem ser alcançados com a aplicação de políticas públicas adequadas no campo.

É necessário reforçar e melhorar os resultados das políticas agrárias, cuja implementação deve apoiar-se em diagnósticos regionais e instrumentos de planejamento participativo. Em um país como o Brasil, é impossível ignorar as diferenças regionais e especificidades locais. É de fundamental importância conhecer as potencialidades e o desenvolvimento local, buscando soluções locais concertadas com os agentes relevantes. Estes diagnósticos evidenciam a enorme heterogeneidade de problemas e a enorme variação de políticas a serem aplicadas. Em algumas partes, o problema é a terra, mas em outros, a educação, tecnologia, água, instituições, etc. ocupam um lugar predominante. Esses diagnósticos permitem a definição de políticas diferenciadas em favor dos agricultores familiares.